**ATA Nº 05/2020**

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas iniciou-se reunião via ZOOM (sala virtual),com Secretários Municipais de Educação da AMPLANORTE. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva deu as boas vindas. Após, pediu licença para Gilmara da Silva, para fazer uma reunião do colegiado para depois passarmos efetivamente ao plano territorial. Nesse momento, não temos condição de fazer duas, três reuniões na semana então vamos compilar, seremos rápidos com alguns assuntos importantes para darmos encaminhamento e depois efetivamente iniciar o trabalho do plano regionalizado. Referente ao Decreto do Governo do Estado nº 630, que repassa algumas balizas para os retornos de algumas atividades, a Secretária Municipal de Educação de Canoinhas Rosimari Schiessl do Passos já havia realizado essa introdução. Constam no decreto datas para: início das aulas, trabalhos coletivos, transporte coletivo, reuniões, abertura de cinema etc, aos poucos iniciando as atividades. Ontem ocorreu reunião com a Secretaria de Saúde da região, onde enfatizaram que não estão preocupados com o retorno das aulas, porque tem datas específicas colocadas no Decreto com previsão a partir de agosto, não querem dimensionar a questão antes do estipulado. O Decreto do Governo do Estado deixa muito claro que segundo orientações médicas lugar de criança e idoso é em casa. Estão verificando o retorno de outras atividades da saúde, por enquanto não estão preocupados com o retorno às aulas,colocaram-se à disposição para fazer uma conversa no momento adequado,adotando uma postura regional, após ficaram a disposição para esse diálogo.Em relação à Lei nº 173 de 2020 vai verificar quando falarmos sobre o decreto de atos de pessoal, que o nosso jurídico está fazendo compilamento dessa legislação neste Decreto para a nossa região. Consta nesse decreto o repasse para os municípios em forma de Fundo Municipal de Educação, para utilizar em qualquer área. Esse recurso para os municípios, uma parte de 3 bilhões está dividido entre todos os municípios, para área da Assistência Social e para a Saúde, estando carimbado e vinculado. Outra parte corresponde a 20 milhões que os municípios vão receber como recurso livre, podendo utilizar em qualquer área inclusive na educação.Esse programa de auxílio emergencial para pandemia, que o Governo Federal disponibilizou juntamente com a Lei Complementar nº173, diante desses repasses informo que existe a possibilidade de utilização dos recursos na educação.Dando prosseguimento, passo a palavra para o jurídico da AMPLANORTE para a Dra. Kátia e o Dr. Anderson,para direcionar os trabalhos de elaboração do Decreto de forma regionalizada, apresentando qual a metodologia a ser utilizada. Dando prosseguimento o Dr. Anderson fez suas considerações: Vamos explanar as etapas do trabalho, para discutir a questão de Atos de Pessoal, a normativa viria por uma Lei que antecedesse e posteriormente o Decreto para que tivéssemos ideias mais igualitárias, principalmente na nossa região, que possuem professores em comum nos município pertencentes a AMPLANORTE, para que não houvesse tanta divergência e até muita polêmica referente a essa situação, tendo sempre respaldo legal. Por esse motivo a solicitação da Valéria,referente à participação do corpo jurídico com vocês, técnicos da educação, a intenção seria conseguir fazer uma espécie de compatibilização do modelo de Lei e Decreto que possuímos e autorizam essas questões de Ato de Pessoal, com atual Lei Complementar nº 173que foi sancionada na semana passada.Assim sendo, causa impacto na contratação temporária, verificar os prazos eleitorais, até 4 de julho/2020 para ter esta suposta Lei aprovada e padronizada para os municípios que dela precisarem. Existem especulações que as eleições serão adiadas, não tendo uma confirmação, precisamos trabalhar de acordo com oprazo que temos no momento que é 04 de julho/2020, se é necessário enviar para Câmera, tem que considerar o período de sancionar e tramitar o projeto tem somente um mês pela frente. A minha proposta e a da Dra. Kátia, seria mandar esse material para vocês para com as compatibilizações necessárias, acreditamos que está bem elaborado por todo envolvimento e comprometimento da professora Gilmara da Silva e da região AMFRI. Então temos três etapas à primeira etapa é o material que passamos para vocês, a segunda etapa a discussão que vocês técnicos da educação irão ter com a finalidade de tentar padronizar. Na terceira etapa será a devolução do documento para alisarmos, as adequações ou questões mais polêmicas, após devolvemos para propor uma reunião com o jurídico da educação. Agora precisamos estipular uma data de discussão desta segunda etapa, que a Valéria irá verificar quanto tempo será necessário para formalizarem essa questão que seria a padronização. Chama atenção a fala da Valéria que sabemos das dificuldades para que haja a padronização no pagamento da regência,existem posicionamentos contrários que não admitem mexer nesse momento, consideraram a questão de sala de uma forma mais ampla, como alguns prefeitos já aderiram esse sentido,o fato é que será uma decisão em conjunto, para que tenhamos essa padronização, vamos superando fase por fase. Em relação à Lei é interessante que cada município discuta com seu procurador, a necessidade de que seja enviado uma Lei que antecede esse Decreto. Citamos um caso particular, o município de Major Vieira, que temos uma participação mais efetiva, não possui uma lei que antecede, mas tem uma Lei da Educação com várias possibilidades ou que tenha elencado essas questões de reajuste, antes mesmo de passar por essa crise já previa essa possibilidade. Conversem com os Procuradores e quaisquer dúvidas estamos à disposição de todos. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva, perguntou se existe a possibilidade do estudo para na próxima reunião de quarta-feira, para posteriormente fazer o encaminhamento das dúvidas e alterações para o jurídico da AMPLANORTE. Sendo assim, na próxima reunião após a revisão e as considerações encaminharemos o documento, a palavra está aberta para considerações. Dr. Anderson aguardo o repasse da documentação até sexta-feira, após encaminho para o grupo que terão o prazo até quarta-feira para fazer ajustes ou alguma emenda neste decreto. Para próxima reunião podemos discutir com o jurídico da AMPLANORTE e dos municípios e formalizar as alterações e dar seguimento com as adequações necessárias. Dr Anderson se colocou a disposição para esclarecer dúvidas dos procuradores por WhatsApp, firmamos o compromisso de até sexta-feira encaminhar o documento compatibilizado e padronizado. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva informou que já está finalizando as conversações com os responsáveis da capacitação da Plataforma do Google, está sendo encerrado o processo de conversação e possivelmente precisarei de reunião com a empresa e com os municípios para formatar e finalizar o projeto da AMPLANORTE. Na sequência a Gilmara da Silva fez suas considerações: Gostaria de começar mostrando o presente que recebi do município de Bombinhas a Nossa Senhora das Professoras, agora vai dar tudo certo. Para começar a trabalhar elaborei algumas questões prévias para ir alinhando e se organizando. A metodologia que o jurídico combinou com os municípios para posteriormente ser colocado em um histórico. Gostaria de saber se existe interesse entre os presentes da disponibilização de um drive para acompanhamento do documento, verificação do material ou atualizando da região da AMPLANORTE.A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva comentou que tem interesse do drive para utilização entre os municípios da AMPLANORTE. Gilmara da Silva enfatizou que vai escrevendo e produzindo o documento e posteriormente estará repassando para o Júnior, para montar o drive. Primeiramente vou repassar alguns princípios. Primeiro vamos atuar com os procuradores jurídicos, contadores e a ssembleia de prefeitos da associação de municípios, porque não decidiremos sozinhos quais serão os grandes projetos da educação, principalmente com a relação a questão de Atos de Pessoal. Apósa finalização do documento precisamos realizar a apresentação para os municípios da AMPLANORTE, convidar também os presidentes das Câmaras de Vereadores da região.Na região da AMFRI foi bem acertada essa situação chamamos os Presidentes das Câmaras de Vereadores, esclarecendo a ação, para quando precisar aprovar a Lei, os mesmos já têm um conhecimento prévio, para o processo transcorrer normalmente. Segundo ponto é atender as legislações, normativas e decretos em vigor para educação básica no âmbito estadual e municipal. No Parecer 5 do Conselho Nacional de Educação o item 2.16 que trata da avaliação, não foi homologado pelo MEC e terá um prazo para rever essa situação. Outro ponto que eu considero importante respeitar a autonomia e as especificidades de cada uma das redes de ensino que integram AMPLANORTE é montarmos um plano territorial. Daremos autonomia para cada território aproveitar as situações que se enquadrem com sua realidade educacional. O que a AMPLANORTE está oferecendo para região é uma possibilidade de trabalhar em parceria para que alinhe processos e evite judicializações. Caso o município quiser retirar alguma situação ou acrescentar,fica livre para fazer essa ação, afinal de contas são autônomos, possuem sistema próprio de ensino. Próximo item importante, atender aos planejamentos e orientações dos departamentos pedagógicos das secretarias de educação, precisamos trabalhar com bastante cuidado porque se uma já fez o encaminhamento temos que considerar para que não caia em descrédito. Precisamos deixar as coisas bem claras e produzir um texto que considere com muito respeito o trabalho que já foi realizado, será a nossa linha diretiva essencial, ninguém fez nada errado todo mundo tentou acertar. E o último seria atuar em parceria com os Conselhos Municipais de Educação e a maioria dos municípios já tem regulamentado as atividades pedagógicas não presenciais. O nosso trabalho atual não é para agora, porque vem depois a reorganização dos calendários, até para não causar nenhum tipo de situações delicadas com os Conselheiros Municipais de Educação. Deixo a palavra aberta para verificar se vocês concordam com esses princípios ou se acham que faltou algum.A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva enfatizou que acha bem importante a contribuição dos municípios no drive, utilizando uma cor diferente para chamar atenção quando faz um acréscimo, para nortear o trabalho até o final do planejamento.Vamos continuar o trabalho, porém se depois alguém tiver contribuição para os nossos princípios retornamos a discussão. Precisamos da sugestão referente ao trabalho, que poderá ser disponibilizado por etapas separadas ou que faça a junção por nível.Cada dia será discutido um nível, ou seja, educação infantil, ensino fundamental. Gostaria que olhassem todos esses níveis e verificassem se algum não se refere a região da AMPLANORTE, não vale a pena discutir. Níveis de educação infantil creche, educação infantil pré escola, ensino fundamental anos iniciais alfabetização, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais, educação especial, educação de jovens e adultos e educação complementar. Faltou algum item, algum item não precisaria estar aqui ou poderia ser trabalhado com outro, podendo organizar por etapas. A Diretora de Educação Infantil do Município de Canoinhas Eliane Cristina Krull comentou que acredita que poderia ser organizado por etapas. Não poderemos tratar a educação infantil da mesma maneira que os anos finais. Gilmara da Silva concordou com o posicionamento da Diretora de Educação Infantil Eliane Cristina Krull. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva comentou que os municípios Papanduva, Major Vieira e Itaiópolis também acham viável ser organizado por etapas. Quando formos discutir a Educação de Jovens e Adultos EJA, seria somente com os municípios de Canoinhas e Mafra que não tem essa área vinculada ao Estado. A Educação Especial e Educação Complementar todos os municípios possuem. Gilmara da Silva comentou que fazer a observação no documento final do nosso plano, que terá ações que as vezes não contemplam a todos os municípios, porém, como é um plano territorial vai estar no mesmo documento. Teremos que discutir ações integrais e parciais, por exemplo, se algum município ainda tiver o novo mais educação, seria interessante por conta da economia retirar do restante do calendário de 2020. As atividades em tempo integral é diferente, a discussão tem que ser outra,por exemplo, a creche integral, essas situações terão que se discutidas dentro do nosso plano. Possuímos dois alinhamentos principais que eram os princípios e as etapas que vamos trabalhar e como vamos trabalhar já decidimos. Intenciono no primeiro dia discutirmos creches, são tantos desafios, gostaria de encaminhar neste momento o nosso discurso sobre essa situação. Não é sobre como atender creche agora e sim sobre como atenderemos quando eles voltarem gostaria agora o respaldo dos municípios, não precisam fundamentar, mas colocar em uma frase qual vai ser o maior desafio para organizar a creche. Exemplo: Maior desafio será os profissionais em grupo de risco; vai ser quantidade de crianças por adulto. A Diretora de Educação Infantil do Município de Canoinhas Eliane Cristina Krull comentou que teremos critérios de organização, quais crianças vamos atender, para não haver exclusão e problemas com a sociedade porque teremos que fazer um revezamento nesse atendimento.Gilmara da Silva comentou que é um grande desafio organizar os grupos de criança para serem atendidos pelas creches, a possibilidade que apresentou rodízio de atendimento na região da AMFRI também. Papanduva comentou também que teremos que verificar quantidade de alunos por profissional. Canoinhas comentou a questão da infraestrutura, higiene pessoal e dos materiais e cuidados nas questões sanitárias. Teremos os grupos de risco permanentes e grupos de risco rotativos.O que seria um grupo de risco permanente é aquele que tem idade tem comorbidade e um grupo de risco rotativo é aquele que foi testado positivo, ou aquele suspeito de COVID-19 e vai ter que ficar afastado por um período. Se alguém no grupo de risco é um contrato temporário, pode continuar pagando essa pessoa até o final, não vou poder trabalhar com ele, fazer gestão é complicado.A Diretora de Educação Infantil do Município de Canoinhas Eliane Cristina Krull comentou que seria interessante se os municípios conseguissem testar todos os profissionais. A educação não teria recursos para a referida ação, que poderia ser priorizado disponibilizar teste para os grupos de risco.Agora os nossos desafios são na ordem da gestão administrativa, nós temos algum desafio de gestão pedagógica, será que vamos poder continuar trabalhando o processo pedagógico da creche da mesma maneira.Os elementos centrais dos objetivos dos direitos de aprendizagem na creche acontecem por meio da interação, os bebês poderão continuar se abraçando, mordendo, olhando e tocando ou acham que do ponto de vista pedagógico não teremos desafios nesse sentido.A Diretora de Educação Infantil do Município de Canoinhas Eliane Cristina Krull comentou que não consegue visualizar essa situação como vamos dar continuidade teremos que ser como profissionais mediadores, promover a interação e a brincadeira. Devemos levar em consideração que essa faixa etária não irá entender que não podem se tocar, se abraçar é um desafio bem complexo. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva comentou que no retorno dos bebês passaremos por um período de readaptação, pelo período que ficaram em casa com os pais. A Diretora de Educação Infantil do Município de Canoinhas Eliane Cristina Krull comentou que as crianças tiveram praticamente um mês e meio com os profissionais provavelmente a adaptação não ocorreu totalmente, é muito relativo teremos que pensar em um processo de adaptação, inserção novamente dos alunos nas unidades educacionais. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva enfatizou que nos primeiros momentos, precisamos verificar questões pedagógicas e burocráticas, o trabalho com a BNCC, todas as nossas ações com muita cautela.Teremos que pensar nas atividades remotas que foram encaminhadas e que precisaremos retomar para ter uma avaliação. Esse primeiro momento será de adaptação, ao cuidado e observação dessa criança. A Diretora Pedagógica do município de Canoinhas fez suas considerações: Em relação ao retorno das atividades presenciais, vamos trabalhar duas situações, ou seja, alunos presenciais e alunos não presenciais que os pais vão optar por não trazer para a escola. A professora vai ter que trabalhar com os alunos presidenciais e também encaminhar atividades para as outras crianças que não estiverem presentes. Qual será a forma de trabalho. Dando prosseguimento a Gilmara da Silva compartilhou uma pesquisa regional da AMFRI que foi encaminhada para os pais com as seguintes perguntas: cidade onde mora, bairro, nome dos bebês matriculados na creche, telefones de contato, intenção de mandar seus bebês para creche esse ano sim, não ou talvez, qual é a maior preocupação com seus bebês indo para creche, depois que tiveram autorização, contaminação quem cuidará deles, como saberei que eles estão bem lá, e como a creche vai se organizar, quem cuida do seu bebê sem a creche pai, mãe, avós, irmãos mais velhos irmãos, vizinhos ou outros parentes, alguém perdeu o emprego na sua casa sim ou não, alguém que mora na sua casa ou cuida dos bebês já testou positivo para o coronavirus, alguém que mora na sua casa ou cuida dos bebês está com coronavirus, quando seus bebês vierem para creche quem trará e virá buscar, qual será o meio de transporte para levar e trazer os seus bebês para creche. Esse questionário será encaminhado no começo de julho para não criar expectativas dos pais. Precisaremos se organizar com os pais que decidirem manter as crianças na creche a qual não é obrigatória do ponto de vista legal. É uma decisão dos pais, então se irão manter a matrícula em 2020,esse retorno fará uma diferença na organização, nos recursos e na quantidade de profissionais. Utilizar o formulário para fazer contato com os pais, seria muito importante nesse momento. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva, comentou que acha imprescindível, precisamos ouvir sempre o posicionamento dos pais em relação à educação, inclusive referente as atividades remotas. A lição desses meses é que precisamos sempre ouvir os pais, o que eles querem e o que podem, caso contrário estaremos impondo nossa determinação, gerando uma repercussão muito negativa. Dando continuidade a Gilmara da Silva enfatizou que a partir da pré-escola de 4 anos a matrícula é obrigatória, mas a creche é opcional, ficamos em dúvida se os pais terão coragem de mandar as crianças para a creche. A Diretora de Educação Infantil Eliane Cristina Krull comentou que no município de Canoinhas esbarra na Meta 1 do Tribunal de Contas, que estamos no meio de uma auditoria. Gilmara da Silva comentou que amanhã terá uma reunião com o Tribunal de Contas, para trabalharmos o Plano Municipal de Educação e os municípios não poderão ser cobrados nesse momento pelo atendimento das metas, terão que fazer as adequações emergenciais. A Diretora de Educação Infantil Eliane Cristina Krull, comentou que teremos algumas situações mais flexível, precisamos de uma comprovação é uma situação mais ampla, por exemplo: o profissional é de risco, além das doenças pré-existentes, o profissional convive com uma pessoa que tem o COVID-19. No município de Canoinhas normalmente quando alguém da família tem coronavírus, os outros membros possuem atestados para ficarem afastados do trabalho. Gilmara da Silva comentou será que existe algum grupo de risco específico para tratar com os bebês na creche, por conta daquele alerta da Sociedade Brasileira de Pediatria ou será que os grupos de riscos são comuns para contato com todos. O contato com os bebês eles tem uma fragilidade maior que o grupo de risco, será mais restrito ou mais ampliado. A Diretora de Educação Infantil Eliane Cristina Krull comentou que às vezes o profissional não está incluído no grupo de risco e durante o processo poderá ser contaminado, teremos que trabalhar nessa situação se reorganizar, não teremos profissionais sobrando para fazer essa substituição, então encontraremos inúmeras dificuldades nesse sentido. A Gilmara da Silva propôs para pré-escola dois processos formativos que serão apresentados para AMPLANORTE. Portanto vocês também vão poder acatar para colocar no plano de trabalho, ou dizer não para o nosso município não serve. Então trabalharemos uma ação territorial de cunho pedagógico e uma ação de cunho administrativo, reuniremos os professores como outros profissionais que trabalham com creche de zero a três anos, para falar sobre ressignificação a flexibilização curricular na creche, para entender quais são os itens os campos de experiências que precisamos priorizar nessa reorganização do currículo e do calendário. Segunda ação intersetorial para embasar o nosso plano será conversar com um infectologista, um pediatra, uma pessoa da vigilância sanitária, um enfermeiro e um educador alguém da área de educação. Gilmara da Silva informou que a realização será uma ação conjunta entre AMPLANORTE, AMFRI e FECAM os quais vão ajudar porque tem a plataforma, coloca no youtube atendendo até 20 (vinte) mil professores de uma vez, porque os nossos recursos tecnológicos limitam até 100 (cem) pessoas. Iremos convidar a Dra. do município de Camboriú, formada em Desenvolvimento Infantil, para trabalhar com o público dos profissionais de zero a três, secretários de educação, diretores de escola, equipe pedagógica, assessores das associações de municípios e os conselheiros municipais de educação. Colocaremos os objetivos bem claros, organizando da seguinte forma: 10 (dez) minutos para cada debatedor falar da importância da sua área de 0 a 3 anos, identificar os principais alertas da sua área de atendimento e apontar as principais ações a serem implementadas para organizar o atendimento presencial com segurança nas creches. Após teria perguntas estruturadas que levaria 50 (cinquenta) minutos, organizando uma pergunta para cada especialista, por exemplo, para o infectologista: a creche poderá organizar suas atividades pedagógicas junto as crianças de 0 a 3 anos propostas interativas entre profissionais e bebês Quais são as possibilidades de intervenção e de interação mais seguras tanto para as crianças de 0 a 3 anos quantos para os profissionais nos espaços educativos das creches. Para o pediatra: Depois do alerta da Sociedade Brasileira de Pediatria na nota que contém recomendações a respeito do manejo clínico de crianças e adolescentes com COVID-19 em relação à causalidade da infecção e o aparecimento desses casos com síndrome de resposta inflamatória sistêmica, mesmo ainda com estudos em andamento como a creches pode proceder para auxiliar tanto na identificação como na prevenção de possíveis casos. Para a vigilância sanitária quais são os principais cuidados e qual a periodicidade dos processos de higienização dos espaços da creche e o quê sugerir as famílias para higienização dos materiais que as crianças trazem de casa. Para os enfermeiros será necessário implementar um processo de triagem para receber as crianças na creche se for necessário qual a periodicidade quem pode realizar a triagem, como poderá ser organizado. Na educação, dentre as possibilidades de organização do trabalho pedagógico junto as crianças, ou junto as creches é possível pensar em propor um ciclo emergencial entre os anos de 2020 e 2021 para garantir o trabalho com todos os direitos de aprendizagem dos campos de experiência. Quais são as medidas emergenciais de gestão educacional e pedagógica a serem implementadas pela rede de ensino. Qual o posicionamento de vocês referente a essa proposta com uma doutora na área pedagógica de creche e com profissionais da área de saúde e vigilância sanitária, para ajudarem a responder as questões. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva comentou que tem coisas que fogem do nosso escopo de conhecimento é muito complexo não temos respostas, principalmente com relação à saúde a questão biológica. A formação é essencial principalmente visto que está difícil menstruar esse processo, os professores bem formadas darão conta de fazer esses atendimentos. A Diretora de Educação Infantil Eliane Cristina Krull comentou que a partir desse procedimento poderemos organizar um manual de orientações para as famílias e para os profissionais e demais envolvidos no processo educacional. Gilmara da Silva perguntou se os municípios concordam com essa formação em parceria com a AMFRI, AMPLANORTE e FECAM. Se algum município tem sugestão de pediatra, repassar que entrarei em contato. As duas sugestões seria a formação territorial e o manual de orientações para as famílias e para os profissionais. Na região da AMFRI até na perspectiva do atendimento emergencial de quatro horas se tiver muita criança interessada em continuar na creche, precisaremos tempo para higienizar os espaços para receber outras crianças. Nesse sentido começa acostumar que creche ou é quatro ou sete horas, não sendo disponibilizada 10, 11 e 12 horas, então essa decisão precisamos pensar. Direcionarei o trabalho da seguinte forma: colocarei no papel ainda hoje ainda e repasso para o Júnior montar o drive, quando estiver pronto drive será disponibilizado no grupo do colegiado para acesso. A Valéria está gravando essa reunião para colocarmos no Plano Territorial a gravação dos links para retirar alguma dúvida, acertada essas situações passaremos para os conselheiros municipais de educação. O nosso trabalho é público, podendo ser compartilhado com todos os envolvidos. Muito importante as equipes pedagógicas participarem, para repassarem melhores as orientações e farei a divulgação do tema com antecedência, para a organização da participação dos profissionais na próxima reunião. No Drive do Plano de Formação colocar a proposta de entrevista com as famílias e todos os registros que fizemos, precisaríamos alinhar para verificar se está tudo certo, se faltou alguma situação, daí terminaria a discussão a respeito da creche e posteriormente começaríamos a discussão da pré-escola. O que muda na pré-escola é a questão de obrigatoriedade prevista em Lei, precisamos discutir que estar prescrito e oferecer os trabalhos educacionais para essa faixa etária. Almejamos interagir, levantando os tópicos, sistematizando e avaliando para verificar se está correto nosso posicionamento sem interferir na autonomia de cada município. As atividades que cada município já disponibilizaram de forma não presencial, não haverá interferência, porque não iremos interferir na sua autonomia. Repassaremos possibilidades para que cada Secretaria de Educação, faça uma adequação a sua realidade, respeitando sempre a autonomia. Se manifestaram favoráveis a essa organização está Cristina, Lilian. A Marilda disse que mandar pesquisa para as famílias é fundamental o município de Papanduva possui creche e pré-escola em período integral, concordamos com a logística. A FECAM mandou pré protocolo de segurança do estado, não dará para município ter um diferenciado, temos o transporte escolar em comum. Colocaremos no grupo do colegiado o pré protocolo para verificarem quantos itens de segurança temos que começar a pensar. A Secretária Municipal de Educação de Mafra Estela Maris Bergamini Machado comentou que todos os municípios tem a rede municipal e a rede estadual e nessa fala da centralização de decisões, colocaria as escolas estaduais na mesma proposta regionalizada. Gilmara da Silva comentou com o grupo que o maior problema o segundo exemplo mais crítico do estado de Santa Cataria é o município de Canoinhas, com ao transporte escolar: se as aulas vão iniciar amanhã quem é que irá utilizar o transporte escolar os alunos do estado ou do município, no ônibus comporta quarenta lugares, posso disponibilizar 20 lugares dentro do ônibus, quem é que vai utilizar, visto que estado paga também, tem direito será um desafio gigantesco. Precisamos primar pela segurança das nossas crianças e dos nossos profissionais. O planejamento estará no drive para contribuições e estamos nos reunindo com o compromisso de fazer o alinhamento inicial. Vamos conferir se os 10 (dez) municípios estão presentes na reunião. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva enfatizou que estão faltando Mafra e Três Barras. Gilmara da Silva agradeceu os presentes na reunião, estamos terminando às 10 horas e 30 minutos tomaremos o cuidado de fazer trabalho bem pautado, colaborativo, quanto mais profissionais puderem integrar os municípios da região e as regiões do estado, melhor será com a união de todos. A Coordenadora Geral do Colegiado da AMPLANORTE Valéria Grossl Mendes da Silva comentou vou estar encaminhando até sexta-feira juntamente com a justificativa da contratação da empresa da capacitação da plataforma. Sem mais a conta em ata segue assinada por mim Flávia Lúcia Haensch Sorg e demais presentes. Canoinhas (SC), 03 de junho de 2020.